Carta VIII — Ruína do Bem-estar (continuação)

12 de maio.

I

Senhor e caro amigo,

> *As medidas tomadas para a defesa de Paris nada deixam a desejar; a confiança renasce; os fundos subiram sessenta centavos; a lei eleitoral vai purificar o sufrágio universal e dar a vitória ao partido da ordem: não será tão cedo que o motim ousará descer à rua.*

Eis o que me informais em vossa última carta, dizendo que tal é a opinião de toda a gente de bem. Peço perdão à vossa gente de bem; mas permitir-me-á não partilhar toda a sua confiança. O mal está nas almas, e enquanto eu não vir levar o remédio onde está o mal, ficarei muito pouco tranquilizado. Ora, até aqui não vejo que disso se ocupem seriamente. Quando uma sociedade está minada como a nossa, não se a salva nem a golpes de leis, nem a golpes de canhão, nem a golpes de cédulas. Lamento sinceramente o povo que não conhece outros recursos senão esses e que mede a sua segurança pela alta ou pela baixa da agiotagem.

É verdade que o motim não desce à rua com o mosquete ao ombro e a pedra na mão; mas desce a ela todos os dias sob a máscara do burguês voltairiano, sob a máscara do jornal ímpio, sob a máscara do livro obsceno, sob a máscara do profanador do domingo; e sempre corrói, abala, mina o que sozinho sustenta os reinos e as repúblicas, os princípios do cristianismo. Se, para detê-lo em sua obra de destruição, nos ativermos aos meios de legislação e de intimidação, estai certo de que não se o impedirá de chegar a seus fins, um pouco mais cedo ou um pouco mais tarde.

Não quero dizer que não se deva armar o poder; longe disso. Penso como vós que o único meio humano que nos resta é estender sobre a França uma mão poderosa, capaz de acorrentar as facções anárquicas e, à sombra dessa proteção tutelar, suplicar à Igreja católica que trabalhe ativamente na cura das almas. Para tornar possível a sua tarefa, é preciso não só dar-lhe livre curso, mas também que cada um ponha a mão na obra por sua conta e comece por dar o exemplo da reforma que deseja ver operada nos outros. Em uma palavra, não é a reforma eleitoral que

salvará a França, é a reforma moral. A esse fim tende minha carta de hoje, como as precedentes: retomo a sequência de nosso estudo.

II

Se das nações passamos aos particulares, veremos ainda que a profanação do domingo, longe de ser fonte de prosperidade, é causa incessante de miséria. Tenho a apresentar-vos a questão em suas relações com o patrão e com o operário, e afirmo que o trabalho profanador é tão nocivo a um quanto ao outro. Permiti-me primeiro fazer-vos notar que os particulares não escapam mais que a sociedade à ação das leis divinas; que essas leis, inteligentes como o fogo do inferno, segundo a expressão de Tertuliano, ferem cada crime com um castigo particular, ferem-no na medida de sua gravidade e, diferentemente dos suplícios eternos, ferem sempre o culpado para convertê-lo.

Nos tesouros de sua justiça, Deus tem moeda para todos os que o ofendem: ao negociante, ao industrial, ao proprietário profanador do domingo, envia sucessivamente a bancarrota, o granizo, a seca, o incêndio, a epidemia, a estagnação dos negócios; e, em poucas horas, faz-lhe descontar com juros todas as obrigações contraídas para com sua justiça por um trabalho proibido. Para pagar o operário por sua revolta, envia-lhe, a ele, a sua mulher, a seus filhos, ou a doença, ou o terrível desemprego, ou a penúria que lhe leva o ganho ilícito de que se orgulha, e muitas vezes bem mais. Nada mais comum, sobretudo hoje, que essas liquidações providenciais. A menos de admitir efeitos sem causa, falta-se à lógica ao reconhecer nelas o castigo da cupidez e da profanação do domingo, que é a sua sacrílega e permanente manifestação?

Passo ao lado puramente humano da questão, sem separar ainda o patrão do operário. Escutemos um homem perfeitamente competente. Num relatório recentemente dirigido ao governo, o primeiro magistrado de uma de nossas grandes cidades manufatureiras exprime-se nestes termos:

> *“Da atividade incessante do trabalho que não respeita o dia santo nasceram:*

> *“A concorrência ilimitada, que produz as fraudes na produção;*

> *“A rivalidade ardente e de má-fé;*

> *“A ruína dos artesãos;*

> *O monopólio dos grandes estabelecimentos;*

> *O aumento do número de falências;*

> *A desordem e o embrutecimento dos trabalhadores;*

> *A destruição da vida de família;*

> *A ausência de todo laço moral entre o patrão e o operário.*

Esse rico benefício é indiviso entre quem profana e quem faz profanar o domingo. Passemos ao que pertence exclusivamente ao patrão: veremos em seguida o dividendo que cabe ao operário.

III

Conversava eu, há alguns dias, com um chefe de usina sobre a questão que nos ocupa. Esse homem dizia-me com notável bom senso: *«O trabalho do domingo não vale mais para o patrão do que para o operário.»* Com efeito, se se trabalha todos os domingos e todos os outros dias sem repouso, fabrica-se demais, sobretudo depois da invenção das máquinas. Como há no ano cinquenta e dois domingos e alguns dias santos, resulta um aumento considerável de produtos. Ora, não basta produzir, é preciso vender. Se todas as indústrias da França fazem o mesmo, tereis logo uma fabricação superior ao consumo. Aumentará a profanação do domingo o número dos consumidores? Cada um não continuará a gastar mais ou menos a mesma soma com a roupa e com a comida? Desde então, os produtos, no todo ou em parte, ficarão no armazém, e sofrereis infalivelmente uma dupla perda: as avarias inevitáveis das mercadorias e o sono dos capitais. Isto nos tempos ordinários.

Que será se sobrevier uma crise comercial? Se a confiança se perder, se a venda não render mais? Eis-vos arruinados, com vossos armazéns cheios de mercadorias, ou ao menos eis-vos obrigados a restringir a produção, a vender com abatimento, a recorrer a moratórias e a pôr vossos operários na rua: coisas todas deploráveis que se teriam evitado muito mais seguramente por uma fabricação moderada. Quantas casas de comércio não se poderiam citar que sofrem hoje a pena de sua fabricação exagerada do ponto de vista do interesse temporal e culpável do ponto de vista religioso!

Dir-se-á que esse inconveniente não é de temer, pois, em vez de folgar no domingo, o operário folga na segunda-feira, o que reconduz ao mesmo número os dias de trabalho? Não, certamente, não é a mesma coisa para o patrão, e isso por três razões: a primeira, porque o operário que folga na segunda-feira folga muitas vezes na terça, no todo ou em parte. Donde resulta para o patrão outro inconveniente: não poder contar com certeza com o operário e ficar assim com trabalhos urgentes nas mãos, na impossibilidade de entregá-los em dia fixo e de cumprir seus compromissos. Daí, às vezes, multas consideráveis a cargo do patrão; daí, descontentamentos da parte dos clientes, murmúrios e, enfim, a retirada da confiança. A segunda, porque o operário que passa habitualmente a segunda-feira na taberna perde a mão. A obra que faz na terça, sob as últimas emoções da embriaguez, não vale a metade de seu preço. Muitas vezes, dizia-me um contramestre de manufatura, vi-me obrigado a mandá-lo refazer.

A terceira, porque o operário que folga na segunda-feira se habitua a fazer a lei ao patrão. Se há trabalho por toda parte, a cada dia vos põe o mercado na mão; e, como ele diz, faz o burguês andar, o que não torna o burguês nem mais rico nem mais feliz. Se há pouco trabalho e se o despede, como é princípio que ninguém morra de fome, é ainda o patrão que, de comum acordo com outras pessoas caridosas, suporta o encargo de alimentá-lo, a ele e à sua família; pois o operário que folga na segunda-feira não faz economia. Sua caixa econômica é o balcão do taberneiro, e esse balcão recebe tudo e nada devolve.

Engano-me: devolve muito. Devolve o operário devasso, infiel, invejoso, ameaçador. Devasso, o trabalho lhe pesa, e ele trabalha mal: primeiro benefício do patrão. Infiel, não faz nenhum escrúpulo de roubar o tempo, e é um clamor geral contra a lentidão e a preguiça dos operários quando não estão sob o olho do patrão. É preciso, contudo, que este lhes pague o dia como se o tivessem empregado conscienciosamente: segundo benefício do patrão. Invejoso, o hábito de gozos e de ociosidade que contrai na taberna lhe faz ambicionar a sorte dos que podem viver sem nada fazer; e consagra aos aristocratas um ódio igual à sua inveja: terceiro benefício do patrão. Ameaçador, prestou ouvido aos cantos, aos propósitos mais anárquicos, linguagem habitual dos lugares que frequenta, e seu desejo de bem-estar se inflamou, e a experiência prova que, na ocasião, não recuará, para satisfazê-lo, diante dos meios mais violentos: quarto benefício do patrão.

Em resumo: a concorrência ilimitada e desleal, o atravancamento dos produtos, o sono dos capitais, numerosas falências, uma ameaça perpétua à vossa tranquilidade e à vossa fortuna, uma espada de Dâmocles suspensa sobre vossas cabeças: eis, industriais, negociantes, proprietários, ricos, quem quer que sejais cuja cega cupidez ordena ou cuja estúpida indiferença autoriza a violação do dia sagrado, eis os benefícios particulares que vos cabem. Queira Deus que não vos caiba outro! Queira Deus que nada de mais grave tenhais a temer dessas massas populares cujas robustas paixões vosso insolente desprezo da lei de Deus desencadeou! Mas se algum dia essa onda que vos ameaça, e que sobe, vier a romper o seu último dique, sabereis de quem queixar-vos: os avisos não vos faltaram.

IV

Se a profanação do domingo é fatal aos interesses do patrão, é-o bem de outra maneira aos interesses do operário. É aqui, senhor representante, que tocamos o vivo da chaga. Primeiro, o operário absolutamente nada ganha com o trabalho do sétimo dia. Disseram-lhe: Cinquenta a sessenta dias de trabalho a mais por ano te produzem um benefício considerável. Mas ao lado desse cálculo que o seduziu fez-se uma operação que ele não percebeu: baixou-se o salário. Está hoje provado que o operário não ganha mais em sete dias de trabalho do que ganhava outrora em seis. Depois, esse sétimo dia o operário não o consagrou ao trabalho, mas à devassidão; de modo que se vê hoje, graças à profanação do domingo, reduzido, como outrora, a seis dias de trabalho por semana, com a diferença de uma baixa de salário a mais e da boa conduta a menos.

V

Ai! Sim! A profanação do domingo custa ao operário o seu único tesouro, a boa conduta. Há muito tempo, senhor e caro amigo, procurais as causas da miséria e do mal-estar das classes laboriosas; virastes e revirastes a questão por todas as faces e, como todos os observadores dignos desse nome, só conheceis duas causas reais de miséria para o operário: o desemprego e a má conduta. O desemprego provém de circunstâncias exteriores que os meios ordinários podem atenuar ou destruir; a má conduta nasce de um mal interno que escapa à ação ordinária do homem. O desemprego, felizmente, é apenas parcial e temporário; a má conduta, infelizmente, é geral e permanente.

Por má conduta do operário entendo os hábitos de preguiça, de imprevidência, de luxo na roupa, na mobília, na comida; de devassidão, isto é, a frequência de tabernas, cafés, teatros e outros lugares. Ora, não se pode dissimulá-lo: a má conduta assim entendida, e, salvo engano, é assim que deve sê-lo, existe em larga escala no seio das classes laboriosas de nossas cidades. Que essa má conduta seja causa profunda, permanente de miséria, seria supérfluo prová-lo. Em toda família operária onde não há equilíbrio entre a despesa e a receita, há miséria. Pois bem! A má conduta é incompatível com esse equilíbrio necessário; destrói-o, devorando muito além do salário diário, única receita da família.

De onde vem a má conduta do operário? Vem de ter quebrado o único freio capaz de acorrentar suas inclinações, seus caprichos, seus apetites desregrados, tornados tão imperiosos que são a regra habitual de sua conduta.

Que freio é esse? O mundo inteiro se levanta para responder: É a religião. A Religião, que com uma das mãos traça infalivelmente ao homem os limites do bem e do mal e, com a outra, lhe dá a força para lutar vitoriosamente contra suas inclinações; a Religião, que o coloca continuamente sob o olho de um Deus que tudo vê, em face de um juiz soberano que não se pode nem enganar nem corromper; a Religião, enfim, que lhe mostra, além do túmulo, o céu e o inferno, inevitável salário de suas virtudes ou de seus crimes.

Que quebra esse freio salutar? Que mata a religião no coração do operário e o entrega, por conseguinte, como presa indefesa, a suas paixões devoradoras? Antes de tudo, acima de tudo, a profanação do domingo.

VI

Para prová-lo, não direi que, com a profanação do domingo, a Religião não é mais nem conhecida, nem meditada, nem praticada; seria preciso refazer a carta em que desenvolvi essas considerações. Estabeleço a minha tese considerando a questão sob um novo ponto de vista, e digo que o homem não pode trabalhar sempre; é preciso que repouse. É uma lei tão imutável, tão inflexível quanto a que preside à marcha do sol. Ora, se o operário não repousa no domingo na igreja, repousa na segunda-feira na taberna. É ainda uma lei invariável, cujo cumprimento é tão universal e tão constante quanto a profanação do domingo. Mas o repouso da taberna, sabeis o que é? É a má conduta em permanência; é a má conduta em tudo o que tem de mais degradante e de mais ruinoso. Vede esse operário, esse pai de família, de cotovelos sobre uma mesa manchada pelos restos de uma longa orgia, trocando com seus companheiros de devassidão cantos anárquicos ou propósitos obscenos. Sabeis o que bebe no copo que vacila em sua mão trêmula de embriaguez? Bebe as lágrimas, o sangue, a vida de sua mulher e de seus filhos. Em média, a taberna lhe custa cem escudos por ano: três francos de jornada perdida, três francos de despesa, e é o mínimo; dupla perda que, renovada cinquenta vezes por ano, dá bem a triste soma indicada acima. Ora, cem escudos a mais por ano numa família de operários é a folga; cem escudos a menos é a miséria. Que essa desordem seja geral: é a miséria permanente, a miséria incurável para a classe operária de toda uma cidade, de todo um reino.

Pois bem! É preciso dizê-lo corando: essa desordem cresceu em proporção direta da profanação do domingo, de que é a consequência; esta se tornou geral, ela se tornou; e, ao tornar-se, dotou-nos de miséria e matou a vida de família. Um simples olhar sobre esse assustador progresso, mais ou menos rápido segundo as províncias, mas incontestável em toda parte. Conheço uma de nossas cidades que, em 1789, contava uma população de 14.000 habitantes. Havia nela três hotéis, dois cafés, onde o povo nunca entrava, e dezoito ou vinte tabernas. Em compensação, davam-se quase todos os domingos, e em quase todas as casas, pequenas ceias de família de que todos aproveitavam: pai, mãe, amigos, filhos comiam, conversavam, descansavam juntos.

Hoje essa mesma cidade, para uma população de 16.000 almas, possui oito hotéis, vinte e seis cafés, muito conhecidos do povo, e duzentas e oitenta e três tabernas; ao todo, trezentos e vinte e um vendedores de vinhos e licores. Nem é preciso acrescentar que, do domingo à tarde até a segunda à noite, ou mesmo até a terça de manhã, a maior parte dessas tabernas está sempre cheia. Calculando segundo as cifras oficiais, além da perda do dia, as despesas de líquidos e comestíveis, chegais, pondo tudo no mínimo, a um imposto anual de mais de 50.000 francos, cobrado sobre a má conduta. É mais do dobro do que a cidade gasta em esmolas. Mas também nada mais de jantares de família, nada mais de união, nada mais de educação doméstica, nada mais de sociedade; no lugar de tudo isso, a miséria sob todos os nomes e todas as formas. Eis o que rende de benefício direto a profanação do domingo e a frequência da taberna, que é a sua consequência inevitável.

Eis agora o benefício indireto. A má conduta das classes operárias, consequência da profanação do domingo, não consiste só nas devassidões da taberna; leva a outras que não quero nomear e que são uma nova fonte de despesas. Direi apenas, porque todos o veem, que leva ao luxo exagerado

na toalete, na mobília, na comida; leva aos prazeres do espetáculo e da dança. Ora, todas essas coisas seriam evitadas, ao menos em parte, com um pouco mais de temor de Deus e de fidelidade à religião, por conseguinte com a santificação do domingo, sem a qual, demonstrei-o, a religião é impossível.

Para ficar mesmo aquém da realidade, essas diversas despesas, ocasionadas pela má conduta, sobem cada ano a pelo menos trinta francos por família. Ora, a cidade de que falo conta cerca de 1.500 famílias operárias. Eis, pois, um novo imposto de 45.000 francos que, somados a 50.000, nos dá uma contribuição anual de 95.000 francos. Que essa soma assustadora receba um emprego normal, isto é, que o operário tenha religião, por conseguinte conduta, e em vez da miséria profunda, incurável, tereis a folga e o bem-estar geral. Tal é o balanço da infeliz cidade de que falo, a qual, não preciso dizê-lo, se distingue tristemente entre todas pela profanação do domingo.

VII

Eis o da França inteira. Segundo o recenseamento geral feito há apenas alguns meses, contam-se na França 332.000 tabernas, onde se gastam anualmente 105 milhões. Somando-lhes as outras despesas de luxo e de prazer que assinalamos como a consequência ordinária da profanação do domingo, e calculadas a 30 francos por família, tendes, para quatro milhões de famílias operárias, uma nova soma de 120 milhões, o que dá, para a França inteira, a cifra assustadora de 225 milhões.[1]

Não pretendo atribuir à devassidão sozinha todas as despesas feitas na taberna; mas, reduzindo à metade as que lhe são imputáveis, vede ainda que enorme orçamento pago pela má conduta. E depois, que foi feito, na França inteira, da vida de família, da educação dos filhos, do espírito de sociedade, da reunião dominical dos parentes e amigos em torno da mesa modestamente servida? Tudo desapareceu com a santificação do domingo.

Explicais-vos agora por que as numerosas esmolas que se derramam a cada ano no seio das populações não melhoram a sua sorte; por que esses rios de ouro correm como gotas d'água no tonel das Danaides; por que, apesar de tantas obras diversas de caridade espiritual e corporal, a imoralidade se torna dia a dia mais geral e mais profunda; por que o pauperismo, esse câncer roedor das sociedades modernas, em vez de ser detido em sua marcha invasora, ameaça, sob o nome de comunismo, devorar em breve os povos profanadores do domingo; por que, enfim, em Paris, onde essa desordem está no auge, dois quintos da população morrem no hospital? Ora, meu Deus! A explicação não é difícil de achar: os suores do operário e parte das esmolas do rico vão para a taberna, e é a profanação do domingo que multiplica, que enriquece a taberna; e a taberna é o caminho do hospital, quando não é o da prisão.

Como poderia ser de outro modo? O operário que trabalha no domingo se acha só na segunda-feira. Sua mulher está ocupada, quer fora, quer dentro de casa; seus filhos estão em aprendizado ou na escola: que quereis que ele se torne? Entedia-se em sua solidão e vai naturalmente buscar na taberna a sociedade e as alegrias que não encontra no lar doméstico. Ao contrário, se repousasse no domingo, o perigo da solidão não existiria para ele. Livres de ocupações exteriores,

sua mulher e seus filhos estariam ali para retê-lo. Seus exemplos, suas solicitações, o simples receio de ficar isolado bastariam, com o tempo, para fazê-lo tomar com eles o caminho da igreja e torná-lo o que nunca será profanando o domingo: um bom pai, um bom esposo, um operário honesto, laborioso, econômico.

Fica, pois, bem estabelecido que a mais monstruosa mentira que jamais se cometeu, depois da de Satanás no Paraíso terrestre, consiste em dizer que o trabalho do domingo é fonte de bem-estar para os particulares ou para os povos. Dele é, dele foi e dele será sempre a ruína.

Recebei, etc.

Notas

[1] Receio que o número das famílias operárias da cidade e do campo que profanam o domingo, e cujos pais e filhos frequentam a taberna, seja muito mais considerável. Em 1841, o número dos operários em usinas, fábricas, manufaturas e oficinas de diversas profissões era de 6.000.000; o dos agricultores e jornaleiros do campo, de 12.978.278.

Revision #1
Created 22 November 2026 20:59:50 by Admin
Updated 22 November 2026 21:02:05 by Admin